



**TERMO DE PARCERIA QUE ENTRE SI
CELEBRAM A EQUATORIAL DISTRIBUIDORA
DE ENERGIA S.A. EQUATORIAL PIAUÍ, E O
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ,
PARA COLETA E DESTINAÇÃO ADEQUADA
DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS, POR MEIO DO
PROJETO E+ RECICLAGEM.**

A **EQUATORIAL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. EQUATORIAL PIAUÍ**, empresa privada, concessionária de serviços públicos, com sede na cidade de Teresina, Estado do Piauí, na Rua João Cabral, nº 730, centro-sul, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.840.748/0001-89, representada neste ato na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada simplesmente **EQUATORIAL PIAUÍ**, e da outra parte, O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**, doravante denominado TRE-PI, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.957.363/0001-33, com sede na cidade de Teresina, Estado do Piauí, na Praça Desembargador Edgard Nogueira, nº 80, Centro Cívico, tendo como representante o Desembargador Sebastião Ribeiro Martins, Anexo A, doravante denominada simplesmente **CONVENIENTE**, resolvem celebrar o presente Convênio, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste termo é a parceria entre a **CONVENIENTE** e a **EQUATORIAL PIAUÍ**, caracterizada pelo conjunto de ações e procedimentos destinados a viabilizar a coleta de resíduos sólidos recicláveis nas dependências da **CONVENIENTE**, para posterior reaproveitamento ou outra destinação final ambientalmente adequada, em adesão ao Projeto **"E+ RECICLAGEM"**, desenvolvido pela **EQUATORIAL PIAUÍ**.

Parágrafo Único - O Projeto **"E+ RECICLAGEM"** consiste na troca de resíduos recicláveis, com valor de mercado, por descontos na fatura de energia elétrica dos consumidores, e posterior destinação do material à indústria de reciclagem.



CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO CONVÊNIO

Parágrafo Primeiro - Poderão ser objeto de doação resíduos sólidos recicláveis, separados da seguinte forma:

I - Plástico: garrafas PET, de refrigerante e água mineral, baldes, bacias, cadeiras, mesas, filme plástico, canos e forros de PVC; embalagens de detergente, shampoo, água sanitária, sacolas plásticas, embalagem de arroz, feijão, açúcar etc;

II - Metal: aço inox, bateria de carro, alumínio, ferro, antimônio, bronze, chumbo, latas de cerveja e refrigerante, arames, pregos, painéis de alumínio etc;

III - Papel: papéis branco e misto, tais como revistas, encartes, papelão, jornais, listas telefônicas, livros, cadernos, apostilas etc;

IV – Eletrônico: placas eletrônicas, computadores, notebooks, nobreaks, periféricos, celulares e similares.

Parágrafo Segundo - Caso os materiais não sejam recolhidos no dia e horário preestabelecidos, a **CONVENIENTE** poderá comunicar a **EQUATORIAL PIAUÍ** para providenciar a destinação dos materiais e evitar que os trabalhos fiquem prejudicados.

Parágrafo Terceiro - As ações de sensibilização e conscientização ambiental dos colaboradores da **CONVENIENTE** serão realizadas conjuntamente e/ou por meio de cooperação técnica entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

O presente Convênio vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contados da data de assinatura deste Instrumento. Podendo ser cancelado a qualquer momento por qualquer uma das partes.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE

Constituem obrigações da **CONVENIENTE**:

I - Permitir o acesso de colaboradores da **EQUATORIAL PIAUÍ** a suas dependências, para a realização do objeto desta parceria;

II - Recolher, classificar, pesar e acondicionar os materiais recicláveis coletados em doação, por



tipo de resíduo sólido a ser destinado à reciclagem, nos termos da legislação vigente;

III - Dar preferência ao projeto da Equatorial PI, E+ Reciclagem, os materiais oriundos de campanha eleitoral para reciclagem;

IV - Apontar, informando o número da conta contrato, a(s) instituição(ões) que será(ão) beneficiada(s) com o crédito de energia gerado pelos resíduos transacionados pela parceria;

V - Promover eventos de capacitação para magistrados (as), servidores (as), força auxiliar de trabalho do TRE-PI, bem como público em geral sobre a temática de sustentabilidade com o apoio da Equatorial mencionado no item VII das obrigações da Equatorial Piauí;

VI - Incluir nas peças de divulgação de ações internas sobre a temática de sustentabilidade a logomarca do projeto E+ Reciclagem da Equatorial;

VII - Integrar aos propósitos deste Acordo de Cooperação os Cartórios Eleitorais instalados no interior do Estado onde houver a instalação de novos postos de coleta de resíduos da Equatorial;

VIII - Divulgar na Rede Mundial de Computadores os resultados obtidos com as campanhas amparadas por este Acordo de Cooperação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA EQUATORIAL PIAUÍ

Compete à **EQUATORIAL PIAUÍ**:

I - Registrar o peso do material doado e transportar os volumes coletados, no mesmo dia estabelecido para a coleta e pesagem;

II - Identificar, por meio de uniforme ou crachá, ambos específicos, os colaboradores da equipe responsável pelos trabalhos de pesagem e recolhimento do material nas dependências da **CONVENIENTE**;

III - Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos decorrentes da conduta de seus colaboradores nas dependências da **CONVENIENTE**, ou durante o transporte do material doado;

IV – Recolher periodicamente os resíduos coletados no TRE-PI, decorrentes das campanhas relacionadas a este Acordo de Cooperação e dar a destinação ambientalmente correta aos resíduos sólidos recicláveis coletados;

V - Fornecer ao TRE-PI relatórios com informações gerais acerca dos materiais destinados, valor de crédito gerado, bem como demais benefícios decorrentes do processo de reciclagem;

VI - Informar ao TRE-PI sobre a abertura de novos postos de coleta de resíduos sólidos no Estado do Piauí, de forma a aumentar a capilaridade de atuação deste Acordo de Cooperação envolvendo os Cartórios Eleitorais;

VII - Participar com palestrantes em eventos de capacitação para magistrados (as), servidores (as), força auxiliar de trabalho do TRE-PI, bem como público em geral sobre a temática de sustentabilidade. Este compromisso será cumprido mediante cronograma do projeto E+



Reciclagem, conforme acordado entre as partes;

VIII - Comunicar, imediatamente e por escrito, qualquer anormalidade no cumprimento deste termo.

Parágrafo Primeiro - Cada parte deste termo arcará com suas obrigações no tocante, inclusive, mas não somente, ao adimplemento dos direitos trabalhistas dos seus colaboradores.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS

Não haverá transferência de recursos financeiros entre as partes para a execução deste termo, sendo que a consecução das ações previstas correrá à conta do orçamento próprio de cada partícipe, na medida de suas obrigações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DIVULGAÇÃO

A **CONVENIENTE** compromete-se a realizar divulgações referentes à parceria entre a **EQUATORIAL PIAUÍ** e o **TRE-PI**, quando executar ações internas relacionadas à temática de sustentabilidade, conforme delineado no item V das obrigações da **CONVENIENTE**.

CLÁUSULA OITAVA – DO COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO

I - As PARTES por seus representantes se obrigam a cumprir, e fazer cumprir, as medidas previstas na Lei n. 12.846/13 (“Lei Anticorrupção”), regulada pelo Decreto n. 8.420/15, na Lei n. 14.133/21, na Lei 8.429/92, bem como outras regras e procedimentos administrativos destinados a regulamentar a relação com a administração pública, se comprometendo a combater e, por todos os meios razoáveis, evitar a prática de ações de corrupção, por seus representantes legais, funcionários e prepostos, bem como reprimir comportamentos similares.

II - A convenção de vontade reduzida na presente cláusula é aplicável aos representantes das PARTES, empresas filiadas, coligadas ou controladas, seus prepostos, subcontratados, e todos os agentes que direta ou indiretamente estejam vinculados a atividades das partes.

III - As PARTES se comprometem a difundir as obrigações assumidas no caput a todos os seus funcionários, prepostos e ou quaisquer terceiros que venham, direta ou indiretamente, atuar na execução do objeto deste instrumento.



IV - As PARTES declaram que não há qualquer agente público ou pessoa a ele relacionada que receberá, direta ou indiretamente, benefícios ou vantagens indevidas em decorrência do projeto de PEE.

CLÁUSULA NONA - DE PROTEÇÃO DE DADOS

I - Todas as partes envolvidas neste contrato comprometem-se a cumprir integralmente as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 - LGPD), garantindo a proteção adequada de quaisquer dados pessoais compartilhados ou processados no âmbito deste contrato.

II - As partes concordam em adotar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para garantir a segurança, confidencialidade e integridade dos dados pessoais, bem como para prevenir o acesso não autorizado, a divulgação, a alteração ou a exclusão não autorizada desses dados.

III - Qualquer transferência de dados pessoais entre as partes será realizada em conformidade com os requisitos estabelecidos pela LGPD, incluindo, quando aplicável, a obtenção de consentimento prévio do titular dos dados e a celebração de acordos de transferência de dados adequados, conforme previsto pela legislação.

IV - As partes concordam em cooperar mutuamente para responder a quaisquer solicitações de titulares de dados, bem como a cumprir com quaisquer obrigações adicionais impostas pela LGPD ou por autoridades reguladoras competentes.

V - Em caso de violação de dados pessoais, as partes se comprometem a notificar imediatamente a outra parte, bem como as autoridades competentes, conforme exigido pela legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA ALTERAÇÃO E DENÚNCIA

Este termo poderá ser alterado por consenso, por meio de termo aditivo, ou denunciado por qualquer dos partícipes, mediante comunicação escrita, reputando-se extinto 30 (trinta) dias após o recebimento da comunicação, sem que disso resulte ao denunciado o direito a reclamação ou a indenização pecuniária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS CONDIÇÕES GERAIS

A não utilização por qualquer das partes dos direitos assegurados neste Convênio ou na Lei, não



importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

As partes elegem o foro da Cidade de Teresina, Estado do Piauí, para dirimir eventuais dúvidas e/ou divergências decorrentes deste Convênio, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e para a mesma finalidade, em conjunto com duas testemunhas, que a tudo presenciaram, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Teresina (PI), ____ de ____ de 2024.

HUMBERTO SOARES FILHO

EQUATORIAL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Sebastião Ribeiro Martins

CONVENIENTE:

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

Ass.:

Ass.:

RG.:

RG.:

EQUATORIAL ENERGIA PIAUÍ

Rua João Cabral, 730 - Centro Sul - Teresina-PI CEP: 64.001-010 - Fone: (86) 3228-8000

www.equatorialenergia.com.br

ANEXO ÚNICO

PLANO DE TRABALHO

Plano de Trabalho de Acordo de Cooperação que entre si celebram o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ e a EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, visando colaboração mútua para operacionalizar o Projeto Sustentabilidade com Solidariedade, visando integrar ações interativas incrementar resultado para o Plano de Logística Sustentável do TRE-PI e para o programa E+ Reciclagem.

1. Participantes

1.1. Primeiro Partícipe: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, doravante denominado TRE-PI, com sede na Praça Desembargador Edgard Nogueira, nº 80, Centro Cívico, Teresina-PI, tendo como representante o Desembargador Erivan José da Silva Lopes

1.2. Segundo Partícipe: EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, doravante denominada Equatorial, localizada na Avenida Maranhão, nº 759 – Centro – CEP 64001-010, Teresina-PI, tendo como representante XXXX.

2. Fundamentação Legal

Art. 184, da Lei nº 14.133/2021.

3. Objetivo Geral

3.1. Incentivar os(as) magistrados(as), servidores(as) e força auxiliar de trabalho a integrar esforços colaborativos visando reduzir o impacto, no meio ambiente, dos resíduos de materiais gerados pelo TRE-PI no desempenho de sua missão institucional.

4. Obrigações das Partes

4.1. A Equatorial PI, através do seu Projeto E+ Reciclagem se compromete a:

4.1.1. participar com palestrantes em eventos de capacitação para magistrados(as), servidores(as), força auxiliar de trabalho do TRE-PI, bem como público em geral sobre a temática de sustentabilidade;

4.1.2. recolher periodicamente os resíduos coletados no TRE-PI, decorrentes das campanhas de relacionadas a este Acordo de Cooperação, para destinação ecologicamente correta;

4.1.3. fornecer ao TRE-PI relatórios com informações gerais acerca dos materiais destinados, valor de crédito gerado, bem como demais benefícios decorrentes do processo de reciclagem;

4.1.4. informar ao TRE-PI sobre a abertura de novos postos de coleta de resíduos sólidos no Estado do Piauí, de forma a aumentar a capilaridade de atuação deste Acordo de Cooperação envolvendo os Cartórios Eleitorais;

4.2. O TRE-PI se compromete a:

4.2.1. recolher, classificar, pesar e acondicionar os materiais recicláveis coletados em doação, por tipo de resíduo sólido a ser destinado à reciclagem, nos termos da legislação vigente;

4.2.2. dar preferência ao projeto da Equatorial PI, E+ Reciclagem, os materiais oriundos de campanha eleitoral para reciclagem;

4.2.3. promover eventos de capacitação para magistrados(as), servidores(as), força auxiliar de trabalho do TRE-PI, bem como público em geral sobre a temática de sustentabilidade com o apoio da Equatorial mencionado no item 4.1.1;

4.2.4. incluir nas peças de divulgação de ações internas sobre a temática de sustentabilidade a logomarca do projeto E+ Reciclagem da Equatorial;

4.2.5. integrar aos propósitos deste Acordo de Cooperação os Cartórios Eleitorais instalados no interior do Estado onde houver a instalação de novos postos de coleta de resíduos da Equatorial;

4.2.6. Divulgar na Rede Mundial de Computadores os resultados obtidos com as campanhas amparadas por este Acordo de Cooperação.

5. Justificativa

5.1. O TRE-PI para desenvolver suas atividades de prestação jurisdicional à sociedade gera impactos ambientais, sendo importante contribuir para a sustentabilidade do meio ambiente. Para o alcance desse propósito é necessário o envolvimento de todos(as) os(as) colaboradores que atuam na instituição de modo a contribuírem com esforços que resultem no desempenho de suas atividades de modo sustentável.

5.2. Além de eventos de sensibilização para o tema sustentabilidade, é necessário promover ações que estimulem a redução de consumo, a reutilização e a reciclagem de materiais, de modo a evitar desperdícios.

5.3. A arrecadação de materiais recicláveis permitirá a diminuição do acúmulo de resíduos em aterros sanitários e, havendo a disseminação do comportamento os benefícios serão cada vez mais crescentes para os propósitos perseguidos neste Acordo de Cooperação;

5.4. A destinação ecologicamente correta dos resíduos auxiliará nos esforços do TRE-PI em contribuir com a compensação dos efeitos dos gases estufa, inclusive contribuindo positivamente para os resultados do inventário nacional gerido pela Justiça Eleitoral.

5.5. O engajamento de magistrados(as), servidores(as) e da força auxiliar de trabalho será incentivado com a geração de benefícios econômicos para entidades de utilidade pública.

6. Objetivos Específicos

6.1. Incentivar a arrecadação de materiais recicláveis gerados pelas atividades do TRE-PI para destinação ecologicamente correta.

6.2. Beneficiar entidades de utilidade pública com os benefícios gerados pela arrecadação dos materiais recicláveis objeto do presente Acordo de Cooperação.

6.3. Promover eventos de capacitação para magistrados(as), servidores(as), força auxiliar de trabalho do TRE-PI, bem como público em geral que venha a ter benefícios diretos ou indiretos com os resultados alcançados por este Acordo de Cooperação;

6.4. Promover, no âmbito do Estado do Piauí, a coleta seletiva de resíduos bem como a destinação ecologicamente correta desses materiais.

6.5. Despertar o interesse coletivo para as questões socioambientais através de iniciativas que levem informações para a conscientização das pessoas beneficiárias dos serviços prestados pelo TRE-PI e pela Equatorial sobre a importância da sustentabilidade.

6.6. Disseminar junto à sociedade os esforços do TRE-PI e da Equatorial investidos na otimização de processos e de procedimentos visando construir instituições sustentáveis e alinhadas com o respeito ao meio ambiente.

6.7. Promover ações que divulguem os resultados alcançados pelo Acordo de Cooperação.

6.8. Desenvolver ações para compor o plano de compensação de emissões de GEE decorrentes das atividades institucionais do TRE-PI.

7. Fases da Execução (Cronograma)

7.1. Durante a vigência do Acordo de Cooperação, as atividades serão executadas conforme o cronograma das etapas abaixo discriminadas:

Ordem	Atividade	Responsável	Período
7.1.1.	Definição de meta anual para realização de campanha de arrecadação de materiais recicláveis	TRE-PI	JAN
7.1.2.	Elaboração de plano de ação para definir organização das iniciativas de capacitação com o calendário de eventos e de divulgação da campanha	TRE-PI	JAN
7.1.3.	Estabelecer as unidades que deverão participar da campanha e a forma de reconhecimento do melhor desempenho alcançado	TRE-PI	JAN
7.1.3.	Eleição das entidades de utilidade pública a serem beneficiadas com os resultados da arrecadação dos resíduos sólidos	TRE-PI	JAN
7.1.4.	Participação nos eventos de capacitação e de sensibilização de magistrados(as), servidores(as), força auxiliar de trabalho e público beneficiário conforme datas e quantidade definidas no item 7.1.3.	E+ Reciclagem	FEV a DEZ
7.1.5.	Divulgação mensal dos resultados da campanha.	TRE-PI	JAN a DEZ
7.1.6.	Destacar a(s) unidade(s) com melhor desempenho alcançado na campanha de arrecadação	TRE-PI	DEZ

8. Recursos Financeiros

7.1. O Acordo de Cooperação não prevê a transferência de recursos entre seus partícipes.

9. Da Vigência

9.1. O Acordo de Cooperação terá vigência de cinco anos, contados da assinatura.

10. UNIDADES RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO

10.1. No âmbito do TRE-PI, a Gestão do Acordo de Cooperação ficará a cargo do(as) servidores(as) lotados(as) no Núcleo de Sustentabilidade e Acessibilidade (NSA).

10.2. No âmbito da Equatorial a Gestão do Acordo de Cooperação ficará a cargo do(as) servidores(as) que estiverem atuando no projeto E+ Reciclagem.

Teresina-PI, XXX de XXXXXX de 2024.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ (TRE-PI)

Desembargador Erivan Lopes
Presidente do TRE-PI

EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

XXXX
Diretor-